



POI - Periódico Oficial do IPSEMC

Criado pela Lei nº 840 de 30/04/1996

Prefeitura Municipal de Cabedelo
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo

Ano XX – Nº 03 - Cabedelo, 31 de março de 2015

CONCESSÕES, RETIFICAÇÕES, EXTINÇÕES e NOMEAÇÕES

Ata da Quarta Reunião Extraordinária de 2014 do COI
Ata da Primeira Reunião Ordinária do COI
Ata da Segunda Reunião Ordinária do COI
Ata da Primeira Reunião Extraordinária do Conselho Administrativo Previdenciário – CAMPREV
Ata da Primeira Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal Previdenciário – CONFIPREV

PUBLICAÇÕES

QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CABEDELO

Aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às nove horas, reuniu-se na sala da presidência para reunião com os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo, nomeados através da Portaria de nº 054/2014, da Presidência do IPSEMC, Senhora Léa Santana Praxedes, que também preside o Comitê, para em conjunto com os demais membros dá cumprimento ao previsto no item V do Artigo 1º da Portaria MPS 345 de 31 de dezembro de 2009 que em consonância com a Resolução CMN 3.790 de 24 de setembro de 2009, em que foi deliberado sobre a Política Anual de Investimentos 2015, apresentado pela Presidência do COI. Estando presentes os seguintes Membros: Léa Santana Praxedes - Presidente, Guilherme de Sousa Lourenço - membro secretário, João Thomaz da Silva Neto - membro, Wellington Araújo de Oliveira - membro, Ítalo Beltrão de Oliveira Córdula - membro. Ordem do Dia: 1) Análise da Política de Investimentos para o ano de 2015.

Encaminhamentos:

A Presidente ao iniciar a ordem do dia, constatou a existência de quorum, deu boas-vindas e confirmou se todos os Membros presentes receberam o material a ser deliberado.

- 1) Apresentação da Política de Investimentos para o Ano de 2015.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CABEDELO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2015

1. Introdução

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CABEDELO, apresenta sua Política de Investimentos para o exercício de 2015, aprovada por seu órgão superior competente.

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativo aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS's, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial da entidade, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

2. objetivo

A Política de Investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CABEDELO, tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do

regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: **solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco X retorno.**

Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a política estabelecerá a modalidade e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos normativos da Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010.

3. Cenário Econômico para o Exercício de 2015

Ambiente Externo

O panorama para o cenário internacional passa, necessariamente, pela avaliação da capacidade de recuperação dos principais agentes vetores da economia mundial.

Nos EUA, ainda que de forma lenta, a economia dá sinais de que vem se recuperando ao longo do ano. Diversos indicadores que são divulgados e monitorados pelo mercado, reforçam essa tese. O PIB americano avançou no segundo trimestre de 2014 a um ritmo anual de 4,6%, a maior alta observada desde que a crise econômica terminou, em meados de 2009.

O melhor desempenho desde o quarto trimestre de 2011 refletiu um ritmo mais rápido de gastos empresariais e um crescimento mais forte nas exportações do que se previa. Mas os gastos de consumidores, que respondem por mais de dois terços da atividade econômica dos EUA, não foram revisados, uma vez que gastos mais fortes com saúde foram compensados por fraquezas em gastos com lazer e bens duráveis.

Com a demanda doméstica aumentando no ritmo mais rápido desde 2010, a recuperação econômica parece mais duradoura depois da contração no primeiro trimestre devido a um inverno excepcionalmente frio. Até o momento, dados econômicos como atividade industrial, comércio e moradias sugerem que muito do ímpeto do segundo trimestre passou para o terceiro trimestre. As estimativas de crescimento para o período de julho a setembro chegam a até 3,6%.

Neste cenário, o FED (Federal Reserve, o banco central americano) interrompeu o programa de recompra de ativos da ordem de US\$ 15 bilhões mensais, que desde o início da crise de 2008 injetou aproximadamente US\$ 4 trilhões na economia americana, e que colaborou para que o estoque de riqueza voltasse a subir. No comunicado pós reunião do FOMC, ficou consignada "a existência de força intrínseca suficiente na economia mais ampla para sustentar o progresso existente na direção do pleno emprego em um contexto de estabilidade de preços".

Mais à frente, e na medida em que os dados econômicos reforcem a percepção de recuperação da economia norte-americana, espera-se que o FED venha a elevar sua taxa básica de juros antes do previsto. Os dados relativos ao mercado de trabalho são fundamentais, e caso continuem se fortalecendo acima das expectativas, a alta do juro é esperada para algum momento. Estimativas do mercado apontam que a primeira alta da taxa de juros deverá ocorrer em meados de 2015. Entretanto, autoridades do FED se dividem sobre os rumos da política monetária norte-americana. Alguns membros defendem o aumento tardio da taxa de juros, caso as previsões de crescimento não sejam alcançadas até o final do ano. Outros acreditam que o crescimento econômico superará as expectativas e, por isso, defendem o aumento mais rápido da taxa de juros.

A zona do Euro parece ser a maior de todas as ameaças atualmente existentes para a economia mundial. O crescimento na Alemanha desacelerou de repente, o que significa que a zona do Euro está à beira da terceira recessão nos últimos seis anos. Os líderes europeus gastaram em vão dois anos da trégua obtida após as promessas do presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, de fazer tudo para salvar a moeda única.

A França e a Itália têm se esquivado de aplicar reformas estruturais, enquanto a Alemanha insistiu na poupança excessiva. Agora, os preços estão caindo em oito países europeus, e a inflação é de apenas 0,3%, o que impede os governos de pagar as dívidas e melhorar a competitividade das economias. De modo que a região, cuja participação no produto bruto mundial constitui 20%, está se movendo rumo à estagnação e à deflação.

No meio da instabilidade geral na economia, os problemas internos da Europa, notadamente o quadro demográfico desequilibrado, problemas nos mercados de trabalho e



grandes dívidas problemáticas, tornam-se riscos capazes de derrubar a sua economia, criando com isso sérios problemas para o mundo inteiro.

Numa ação coordenada, o BCE (banco central europeu) iniciou um programa de injeção de recursos na economia, comprando bônus cobertos lastreados em ativos imobiliários. Com essa medida, ao tirar esses ativos do balanço patrimonial dos bancos, o BCE espera motivá-los a emprestar mais livremente de novo, o que é crucial para a economia da zona do euro, que depende amplamente de financiamento bancário.

Na China, o crescimento da economia é o mais baixo dos últimos 5 anos. Segundo dados do Escritório Nacional de Estatísticas (ONS), o PIB chinês registrou uma expansão de 7,3% entre julho e setembro, o nível mais baixo desde o primeiro trimestre de 2009. No segundo trimestre, o crescimento foi de 7,5%.

A desaceleração se explica em parte pelos contratempos inesperados e dolorosos provocados pelas reformas estruturais em curso. O governo de Pequim tem o objetivo de reequilibrar o modelo econômico, reduzindo os monopólios dos grandes grupos públicos e as sobre capacidades industriais, dando um papel maior ao setor privado e reduzindo a dívida privada.

O BC chinês enfrenta crescente pressão para cortar as taxas de juros com o objetivo de estimular o crescimento, mas temores de que isso poderia alimentar uma bolha imobiliária e da dívida, ao mesmo tempo em que afeta as credenciais reformistas do governo, reduzem as chances de qualquer medida rápida.

A tendência é de que a China se adapte a um crescimento mais lento, porém mais sustentável, após três décadas de expansão vertiginosa.

Ambiente Doméstico

Depois de uma campanha extraordinariamente acirrada, uma vitória por margem estreita. Assim a presidente Dilma Rousseff chega a seu segundo mandato. A diferença de apenas três pontos percentuais é a menor desde que o PT chegou ao poder, em 2002. Em 2010, a própria Dilma obteve 56% dos votos válidos, contra 44% do tucano José Serra.

A vitória apertada prenuncia um segundo mandato muito mais difícil. Terá agora de enfrentar uma oposição revigorada e o cenário desolador de recessão técnica com inflação em alta.

Mas, antes mesmo de estreitar o novo mandato, a presidente tem de decidir se vai ignorar o ponto de vista de quase metade do eleitorado ou adequar suas políticas para levá-lo em conta.

No primeiro mandato, Dilma deixou sua marca criando a chamada “Nova Matriz Econômica”, um conjunto de práticas intervencionistas em substituição às políticas de estabilidade implementadas no Plano Real e das quais seu antecessor se ancorou. Como resultado, o país colheu inflação acima da meta e estagnação econômica.

Há um caminho para que faça um segundo mandato à altura do Brasil. Para isso, ela deve interpretar o resultado da eleição como prova de que duas agendas precisam ser tocadas em paralelo: a das políticas de assistência social e a da modernização da economia.

A primeira é a agenda clássica do governo, e que apesar de eventuais distorções, tem ajudado de fato a parcela mais pobre da população brasileira.

Implementar a segunda agenda vai requerer uma guinada de direção. E dependerá da escolha dos nomes dos integrantes da equipe que conduzirá a economia do país. Por ora, o mais cotado para assumir o posto de condutor da equipe é Aloizio Mercadante, atual ministro da Casa Civil. Mercadante já afirmou que dobrará a aposta no modelo vigente. Entretanto, caso opte por uma política mais ortodoxa, o que agradaria ao mercado, deverá buscar por nomes fora do atual quadro do governo.

Devemos lembrar que a conjuntura interna não traz facilidades. É notório que teremos de lidar com problemas como a inevitável alta das tarifas de energia e do preço da gasolina, represas até então. A inflação dos preços administrados volta com força em 2015 e deve superar a alta dos preços livres, o que não ocorre desde 2009. No âmbito externo, a lenta recuperação da economia global traz dificuldades adicionais.

Aos percalços da economia vão se somar dificuldades no Congresso. Embora os partidos que apoiam formalmente sua reeleição componham a maioria das duas Casas – 296 deputados e 53 senadores –, a oposição renasce fortalecida: um PSDB revitalizado somará forças com um PSB ressurgido das cinzas de Eduardo Campos, que terá sete cadeiras no Senado e 34 na Câmara. A principal trincheira da oposição será o Senado, onde o governo não terá ascendência sobre um terço da Casa e as bancadas de oposição

terão a presença de nomes de peso, como os ex-governadores tucanos José Serra (SP), Antônio Anastasia (MG) e Tasso Jereissati (CE), o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) e o próprio adversário de Dilma na reta final da eleição, Aécio Neves (PSDB). Na Câmara, PT e PMDB continuam com as maiores bancadas, mas encolheram em relação à eleição de 2010. Uma novidade saída das urnas foi a pulverização de deputados eleitos por siglas que formarão um “centrão” – como PSD, Pros, PR, PTB, PSC, por exemplo –, que podem votar conforme os interesses do Palácio do Planalto, mas cujo alinhamento não é automático e deverá passar pela barganha de cargos na máquina. Outra constatação: nas duas Casas, o governo Dilma se tornará ainda mais dependente do PMDB, que terá, por exemplo, dezoito senadores, e manterá a presidência tanto do Senado quanto da Câmara. Neste último caso, a provável vitória do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para comandar a Casa deverá ser outra dor de cabeça para Dilma: no primeiro mandato, ele foi um dos articuladores das rebeliões na base governista. Cunha deve substituir outro deputado descontente com o PT, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), que atribuiu ao apoio de Lula a subida nas pesquisas de seu adversário na disputa pelo governo do Rio Grande do Norte, Robinson Faria, do PSD.

Perspectivas

O cenário para o ano de 2015 não é nada animador. Do lado externo, as principais economias do planeta concentram seus esforços na estabilização de seus mercados. Apesar de não enxergarmos, por ora, um quadro recessivo na economia mundial, a recuperação é lenta e os efeitos dos estímulos se darão no longo prazo. Com isso, espera-se que os preços das commodities mantenham-se pressionados pela demanda enfraquecida, o que é uma má notícia para o Brasil, tradicional exportador mundial de commodities metálicas e agrícolas. O resultado disso é que a balança comercial vem registrando resultados pífios, com o mercado projetando fechar o ano de 2014 com saldo de US\$ 2,1 bilhões.

Do lado doméstico, temos sérios problemas a serem resolvidos. O modelo econômico adotado pelo governo FHC, baseado no tripé “responsabilidade fiscal, sistema de metas de inflação e câmbio flutuante”, que deu estabilidade e confiança à economia brasileira, foi aos poucos abandonado e por fim substituído pela denominada “nova matriz econômica”, caracterizada por expansão fiscal, crédito abundante a juros subsidiados e taxa de câmbio controlada. O resultado foi que o país pouco cresceu, a inflação fugiu ao controle, e as finanças públicas entraram em rota de insustentabilidade. As famílias, incentivadas ao consumo, estão endividadas, e a inflação alta não incentiva o consumidor a tomar mais crédito. O governo insiste em afirmar que o problema da economia é de demanda, o que pode colocar a economia em um círculo vicioso.

Do lado da oferta, as perspectivas não são animadoras. O setor industrial opera em ritmo lento e o Índice de Confiança da Indústria está nos menores níveis observados em 2009. O baixo investimento em infraestrutura, notadamente pelo setor público, desestimula o setor produtivo.

A inflação deverá permanecer pressionada nos primeiros meses do ano, devido à baixa oferta de produtos, além da pressão exercida pelos preços administrados. A estígio prolongada reforça um quadro ruim e encarecem o item relativo aos alimentos, que exerce grande peso nos índices. O IPCA continuará batendo o teto da meta da inflação estabelecida, de 6,50% ao ano. Isto forçou a autoridade monetária, na penúltima reunião anual do COPOM, a elevar a Selic – taxa básica de juros da economia para 11,25% ao ano, em decisão dividida (5 votos a favor da elevação e 3 votos favoráveis a manutenção). De certo modo, a decisão surpreendeu o mercado, que esperava manutenção da taxa em 11,00% ao ano, e novas elevações somente a partir de 2015. O objetivo é sinalizar ao mercado o compromisso de fazer a inflação convergir aos poucos para o centro da meta, de 4,50% ao ano. Além disso, um aumento dos juros nos EUA cada vez mais próximo fatalmente forçará novos aumentos na Selic no futuro para conter a fuga de capitais do país e os efeitos negativos de uma desvalorização cambial.

Somados, todos esses fatores refletem no baixo crescimento da economia. O mercado estima que o PIB se expandirá abaixo de 0,3% em 2014, e não muito mais do que 1,0% no próximo ano. Em meio a tudo isso, as agências de classificação de riscos Fitch e Standard & Poor’s estão atentas aos próximos passos do governo na área econômica, para avaliar as perspectivas de rating. A Fitch divulgou relatório informando que a capacidade das autoridades brasileiras em combater os desequilíbrios econômicos e fiscais do país será crucial para a avaliação do rating soberano.

De concreto, ainda não é possível vislumbrar um cenário que permita fazer projeções precisas. Mas dá para imaginar que será mais um ano desafiador para se obter rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, tanto no mercado de renda fixa quanto no mercado de renda variável.

Indicador	2014	2015
Crescimento Real do PIB (% aa.)	0,27	1,00

Produção Industrial (%)	-2,24	1,42
Taxa de desemprego (% - média)	5,1	6,1
IPCA (IBGE) - % aa.	6,45	6,30
IGP-M (FGV) - % aa.	3,09	5,50
Taxa Selic Meta – Fim do Ano (% aa.)	11,25	11,50
Câmbio - Fim do Ano (R\$/US\$)	2,40	2,50
Balança Comercial – Saldo (em US\$ Bilhões)	2,10	7,21
Resultado Primário – Fim do Ano (% do PIB)	0,90	1,60

Fonte: BACEN - Sistema de Expectativas de Mercado

4. Controles Internos

São avaliados pelos responsáveis pela gestão dos recursos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CABEDELLO, relatórios de acompanhamento das aplicações e operações de aquisição e venda de títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos de aplicação. Esse relatório será elaborado trimestralmente e terá como objetivo documentar e acompanhar a aplicação de seus recursos.

Os relatórios supracitados serão mantidos e colocados à disposição do Ministério da Previdência Social, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal e de Administração e demais órgãos fiscalizadores.

Caberá ao comitê de investimentos do RPPS acompanhar a Política de Investimentos e sua aderência legal analisando a efetiva aplicação dos seus dispositivos.

As operações realizadas no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) deverão ser realizadas através de plataforma eletrônica autorizada, Sisbex da BM&F e CetipNet da Cetip que já atendem aos pré-requisitos para oferecer as rodas de negociação nos moldes exigidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central. O RPPS deverá ainda, realizar o acompanhamento de preços e taxas praticados em tais operações e compará-los aos preços e taxas utilizados como referência de mercado (ANBIMA).

Dentro da vigência do contrato que o RPPS mantém com a Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda, está contemplada a consulta às oportunidades de investimentos a serem realizados no âmbito desta política de investimentos.

5. Metas

5.1 Atuarial

Os recursos financeiros administrados pelo RPPS deverão ser aplicados de forma a buscar no longo prazo um retorno superior ao **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido de uma taxa de juros de 6% a.a.**, observando-se sempre a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequadas ao atendimento dos compromissos atuariais.

5.2 Gerencial

- Segmento de Renda Fixa:

Para o segmento de renda fixa, o benchmark utilizado será o índice IMA-Geral Ex-C. No entanto, o RPPS poderá rever o benchmark do segmento de renda fixa ao longo do prazo de vigência desta Política de Investimentos.

- Segmento de Renda Variável:

Para o segmento de renda variável, o benchmark utilizado será o IBRX-50. Entretanto, o RPPS poderá rever o benchmark do segmento de renda variável ao longo do prazo de vigência desta Política de Investimentos.

6. Estrutura de Gestão de Ativos

6.1 Definição da Aplicação de recursos

Com base nas determinações da Portaria MPS nº 170, de 26 de abril de 2012, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, foi instituído o Comitê de Investimentos no âmbito do RPPS, com a finalidade de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos, resgates e aplicações dos recursos financeiros resultantes de repasses de contribuições previdenciárias dos órgãos patrocinadores, de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como de outras receitas do RPPS.

Compete ao Comitê de Investimentos, orientar a aplicação dos recursos financeiros e a operacionalização da Política de Investimentos do RPPS. Ainda dentro de suas atribuições, é de sua competência:

- garantir o cumprimento da legislação e da política de investimentos;
- avaliar a conveniência e adequação dos investimentos;
- monitorar o grau de risco dos investimentos;
- observar que a rentabilidade dos recursos esteja de acordo com o nível de risco assumido pela entidade;
- garantir a gestão ética e transparente dos recursos.

Sua atuação será pautada na avaliação das alternativas de investimentos com base nas expectativas quanto ao comportamento das variáveis econômicas e ficará limitada às determinações desta Política.

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira estará sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, entre eles:

- Risco de Mercado** – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.
- Risco de Crédito** - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;
- Risco de Liquidez** - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

6.2 Modelo de Gestão

De acordo com as hipóteses previstas na Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, a aplicação dos ativos será realizada por gestão, própria, terceirizada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CABEDELLO será própria.

6.2.1 Gestão Própria

A adoção deste modelo de gestão significa que o total dos recursos ficará sob a responsabilidade do RPPS, com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Previdência, conforme exigência da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e contando com Comitê de Investimentos como órgão participativo do processo decisório, com o objetivo de gerenciar a aplicação de recursos, escolhendo os ativos, delimitando os níveis de riscos, estabelecendo os prazos para as aplicações, sendo obrigatório o Credenciamento de administradores e gestores de fundos de investimentos junto ao RPPS.

O RPPS tem ainda a prerrogativa da contratação de empresa de consultoria, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, para prestar assessoramento às aplicações de recursos.

6.3 Precificação e Custódia

Os Ativos Mobiliários integrantes da carteira do RPPS deverão ser marcados e comercializados a valor de mercado, buscando otimizar ganhos e minimizar a realização de possíveis perdas, observadas as regras e os procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social - MPS.

Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM.

6.3.1 Realização de Lucros

Para o segmento de renda variável, o RPPS adotará a estratégia de realizar o lucro excedente à variação do limite por artigo estabelecido para alocação dos recursos (desenquadramento passivo). O valor resgatado deverá ser realocado no segmento de renda fixa.

6.4 Controle do Risco de Mercado

O RPPS adota o **VaR - Value-at-Risk** para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo do mesmo:

- Modelo não paramétrico;
- Intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento);
- Horizonte temporal de 21 dias úteis.

Os limites estabelecidos são:

- Segmento de Renda Fixa: 3,5% (três e meio por cento) do valor alocado neste segmento.
- Segmento de Renda Variável: 15% (quinze por cento) do valor alocado neste segmento.

6.5 Controle do Risco de Crédito

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do RPPS, em fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC) e fundos de investimentos em cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios (FICFIDC) serão considerados como de baixo risco os que estiverem de acordo com as tabelas abaixo:

Tabela 1. (prazo de carência e/ou cotização e pagamento de resgate de até 180 dias)

Agência Classificadora de Risco	Rating Mínimo
---------------------------------	---------------

Standard & Poors	brA- (perspectiva estável)
Moody's	A3.br (perspectiva estável)
Fitch Rating	A- (bra) (perspectiva estável)

Tabela 2. (prazo de carência e/ou cotização e pagamento de resgate de 181 dias até 720 dias)

Agência Classificadora de Risco	Rating Mínimo
Standard & Poors	brAA- (perspectiva estável)
Moody's	Aa3.br (perspectiva estável)
Fitch Rating	AA- (bra) (perspectiva estável)

Tabela 3. (prazo de carência e/ou cotização e pagamento de resgate superior a 721 dias)

Agência Classificadora de Risco	Rating Mínimo
Standard & Poors	brAA+ (perspectiva estável)
Moody's	Aa1.br (perspectiva estável)
Fitch Rating	AA+ (bra) (perspectiva estável)

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente autorizadas a operar no Brasil e utilizam "rating" para classificar o nível de risco de uma instituição, fundo de investimentos e dos ativos integrantes de sua carteira.

6.6 Controle do Risco de Liquidez

Nas aplicações em fundos de investimentos constituídos sob a forma de condomínio fechado, e nas aplicações cuja soma do prazo de carência (se houver) acrescido ao prazo de conversão de cotas ultrapassarem em 180 dias, a aprovação do investimento deverá ser precedida de um estudo que evidencie a capacidade do RPPS em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos.

7. Alocação Estratégica dos Recursos

Antes das aplicações, a gestão do RPPS deverá verificar, no mínimo, aspectos como: enquadramento do produto quanto às exigências legais, seu histórico de rentabilidade, riscos e perspectiva de rentabilidade satisfatória no horizonte de tempo.

Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM.

A gestão do RPPS sempre fará a comparação dos investimentos com a sua meta atuarial para identificar aqueles com rentabilidade insatisfatória, ou inadequação ao cenário econômico, visando possíveis indicações de solicitação de resgate.

7.1 Segmentos de aplicação

Esta Política de Investimentos é determinada em concordância com a Resolução CMN nº. 3.922, de 25 de novembro de 2010, e prevê os seguintes segmentos de atuação:

7.11 Segmento de Renda Fixa

As aplicações dos recursos financeiros do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CABEDELO em ativos de renda fixa poderão ser feitas por meio de carteira própria e/ou fundos de investimentos abertos ou fechados, os quais deverão estar aptos a receber aplicações desta categoria de cotista, segundo a legislação em vigor.

7.1.2 Segmento de Renda Variável

As aplicações dos recursos financeiros do RPPS em ativos de renda variável poderão ser feitas por meio de fundos de investimentos abertos, referenciados ou não em índice do mercado de ações, fundos de índice de ações, desde que referenciados em Ibovespa, IBrX ou IBrX-50 e ainda em fundos multimercado abertos, fundos de investimentos em participações e fundos de investimentos imobiliários fechados, em consonância com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.922/10.

Os investimentos em fundos de investimentos em ações, referenciados ou não em índices de mercado, deverão ser objeto de análise prévia do Comitê de Investimentos, que orientará sobre o montante a ser destinado ao investimento, bem como sobre a alocação gradual dos recursos, de forma a construir um preço médio para a carteira de investimentos neste segmento.

7.1.3 Segmento de Imóveis

As aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os imóveis vinculados por lei ao RPPS.

As aplicações de que trata este artigo não compõem os limites de aplicações em moeda corrente previstos na Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010.

7.2 Ativos Autorizados – Segmento de Renda Fixa

Serão considerados ativos elegíveis para o segmento de renda fixa, os títulos e valores mobiliários permitidos pela legislação vigente aplicável aos RPPS.

Neste contexto, obedecendo-se os limites permitidos pela Resolução CMN nº 3922/10, propõe-se adotar **o limite de no mínimo 80% (oitenta por cento) e no máximo 100% (cem por cento) das aplicações no segmento de renda fixa.**

A negociação de títulos e valores mobiliários no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) obedecerá ao disposto, Art. 7º, inciso “a” da Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, e deverão ser comercializados através de plataforma eletrônica e registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), não sendo permitidas compras de títulos com pagamento de Cupom com taxa inferior à Meta Atuarial.

7.3 Ativos Autorizados – Segmento de Renda Variável

Em relação ao segmento de renda variável, cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, cumulativamente, não deverão exceder a 30% (trinta por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente do RPPS, sendo relevante observar que os investimentos poderão ocorrer em relação a:

- Fundos de investimentos abertos referenciados a indicadores de desempenho vinculados ao índice Ibovespa, IBrX ou IBrX-50;
- Fundos de investimentos referenciados em índices de ações, admitindo-se exclusivamente os índices Ibovespa, IBrX e IBrX-50;
- Fundos de investimentos em ações;
- Fundos de investimentos classificados como multimercado abertos;
- Fundos de Investimentos em Participação – FIP – Fechados;
- Fundos de Investimentos Imobiliários.

Obs.: As aplicações previstas neste artigo, cumulativamente, limitar-se-ão a 20% (vinte por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente do RPPS.

7.4 Ativos Autorizados – Segmento de Imóveis

Conforme o artigo 9º da Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, as alocações no segmento de imóveis serão efetuadas, exclusivamente, com os terrenos ou outros imóveis vinculados por lei ao RPPS.

Os imóveis repassados pelo Município deverão estar devidamente registrados em Cartório de Registro de Imóveis e possuir as certidões negativas de IPTU.

Os imóveis poderão ser utilizados para a aquisição de cotas de fundos de investimento imobiliário, cujas cotas sejam negociadas em ambiente de bolsa de valores, com exceção dos mercados de balcão organizados e não organizados. Deverá ser observado também critérios de Rentabilidade, Liquidez e Segurança.

7.5 Objetivo de Alocação

É importante ressaltar que, seja qual for a alocação de ativos, o mercado poderá apresentar períodos adversos, que poderão afetar ao menos parte da carteira. Portanto, é imperativo observar um horizonte de tempo que possa ajustar essas flutuações e permitir a recuperação da ocorrência de ocasionais perdas. Desta forma, o RPPS deve manter-se fiel à política de investimentos definida originalmente a partir do seu perfil de risco.

E, de forma organizada, remanejar a alocação inicial em momentos de alta (vendendo) ou baixa (comprando) com o objetivo de rebalancear sua carteira de investimentos. Três virtudes básicas de um bom investidor são fundamentais: disciplina, paciência e diversificação.

As aplicações realizadas pelo RPPS passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizadas algumas ferramentas disponíveis no mercado, como o histórico de cotas de fundos de investimentos, abertura de carteira de investimentos, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras.

Além de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimentos, será feita uma análise do gestor/emissor e da taxa de administração cobrada, dentre outros critérios. Os investimentos serão constantemente avaliados através de acompanhamento de desempenho, da abertura da composição das carteiras e avaliações de ativos.

As avaliações são feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisões, de forma a aperfeiçoar o retorno da carteira e minimizar riscos.

Em resumo, os investimentos do RPPS, em 2015, seguirão a seguinte distribuição:

OBJETIVO DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO E CARTEIRA		
Alocação dos Recursos / Diversificação	Alocação dos Recursos	
	Limite Resolução %	Limite Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º	100	-
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100	0
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100	100
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15	0
FI Renda Fixa Referenciada - RF - Art. 7º, III	80	10
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30	15
Poupança - Art. 7º, V	10	0
FI em Direitos Creditórios - aberto - Art. 7º, VI	15	10
FI em Direitos Creditórios - fechado - Art. 7º, VII, "a"	5	2
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5	3
Total do segmento	100	150
Renda Variável - Art. 8º	30	-
FI Ações Referenciadas - Art. 8º, I	30	5
FI de Índices Referenciadas - em Ações - Art. 8º, II	10	0
FI em Ações - Art. 8º, III	15	5
FI Multissetorial - aberto - Art. 8º, IV	5	5
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5	5
FI Imobiliário - cotas negociadas - em Bolsas - Art. 8º, VI	5	5
Total do segmento	30	25
Total Geral	100	175

7.6 Vedações

1. Aplicar os recursos em cotas de fundos de investimentos, cuja atuação em mercados de derivativos gere exposições superiores ao respectivo patrimônio líquido;
2. Adquirir cotas de fundos multimercados cujos regulamentos não determinem que os ativos de créditos que compõem suas carteiras sejam considerados como de baixo risco de crédito por, no mínimo, uma das três agências classificadoras de risco citadas no item 6.5 - Controle do Risco de Crédito da presente Política de Investimentos;
3. Realizar as operações denominadas day-trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do RPPS possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, com exceção dos fundos de investimento multimercado;
4. Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010;
5. Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios, cuja carteira contenha, direta ou indiretamente, direitos creditórios e títulos representativos desses direitos em que o ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma, e em cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios não padronizados;

6. As aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento a que se referem o art. 7º, incisos III e IV, e art. 8º, inciso I da Resolução 3.922, de 25 de novembro de 2010, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do RPPS;
7. O total das aplicações dos recursos do RPPS em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo.

8. Política de Transparência

As informações contidas na Política de Investimentos e em suas revisões deverão ser disponibilizadas aos interessados, no prazo de trinta dias, contados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social. À vista da exigência contida no art. 4º, incisos I, II, III e IV, parágrafo primeiro e segundo e ainda, art. 5º da Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Política de Investimentos deverá ser disponibilizada no site do RPPS, Diário Oficial do Município ou em local de fácil acesso e visualização, sem prejuízo de outros canais oficiais de comunicação.

9. Critérios para Credenciamento – Gestor e Administrador

Segundo a Portaria MPS nº 170, de 25 de abril de 2012, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, o RPPS, na figura de seu Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento.

Para tal credenciamento, deverão ser observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS e submetido à aprovação do Comitê de Investimentos, no mínimo, quesitos como:

- a) atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- b) observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;
- c) regularidade fiscal e previdenciária.

Quando se tratar de fundos de investimento, o credenciamento previsto recairá sobre a figura do gestor e do administrador do fundo.

9.1 Processo de Seleção e Avaliação de Gestores/Administradores

Nos processos de seleção dos Gestores/Administradores, devem ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise no mínimo:

- a) Histórico e experiência de atuação da gestora e/ou da administradora e de seus controladores;
- b) Volume de recursos sob gestão e/ou administração;
- c) Ambiente de controles, boas práticas operacionais, qualidade da equipe de gestão e/ou administração e gestão de riscos.

Entende-se que os fundos possuem uma gestão discricionária, na qual o gestor decide pelos investimentos que vai realizar, desde que respeitando o regulamento do fundo e as normas aplicáveis aos RPPS.

Encontra-se qualificado para participar do processo seletivo qualquer empresa gestora de recursos financeiros autorizada a funcionar pelo órgão regulador (Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários), sendo considerada como elegível a gestora/administradora que atender ao critério de avaliação de Qualidade de Gestão dos Investimentos.



POI - Periódico Oficial do IPSEMC

Criado pela Lei nº 840 de 30/04/1996

Prefeitura Municipal de Cabedelo
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo

Ano XX – Nº 03 - Cabedelo, 31 de março de 2015

9.11 Processo de Credenciamento

Para o processo de credenciamento das instituições financeiras, o RPPS deverá se remeter a Portaria MPAS nº 440, de 09 de outubro de 2013, em norma a ser definida pelo Comitê de Investimentos e divulgada publicamente.

10 Disposições Gerais

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do RPPS, sendo que o prazo de validade compreenderá o ano de 2015.

Reuniões extraordinárias junto ao Conselho do RPPS serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta política de investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

Durante o ano de 2015 deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do RPPS, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MPAS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

A comprovação ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do demonstrativo da política de investimentos e do demonstrativo de investimentos e disponibilidades financeiras.

As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o RPPS poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados do RPPS; bem como, contraprestação de serviços e projetos de iniciativa do RPPS, sem que haja ônus ou compromisso vinculados aos produtos de investimentos.

Ressalvadas situações especiais a serem avaliadas pelo Comitê de Investimentos do RPPS (tais como fundos fechados, fundos abertos com prazos de captação limitados), os fundos elegíveis para alocação deverão apresentar série histórica de, no mínimo, 6 (seis) meses, contados da data de início de funcionamento do fundo.

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, e à Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

É parte integrante desta Política de Investimentos, cópia da Ata do órgão superior competente que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

Observação: Conforme Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, este documento deverá ser assinado:

- 1) Pelo representante do ente federativo;
- 2) Pelo representante da unidade gestora do RPPS;
- 3) Pelos responsáveis pela elaboração, aprovação e execução desta Política de Investimentos.

Os membros do COI, aprovaram sem qualquer correção a Política de Investimentos para o Ano de 2015, apresentada pela Presidência do mesmo Comitê. Que deverá ser analisada pelo Conselho Administrativo e Fiscal.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 11:00 h (onze horas), da qual eu, Guilherme de Sousa Lourenço, Secretário Geral, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e demais presentes. Cabedelo-Pb, 14 de novembro de 2014.

Léa Santana Praxedes
Presidente do COI

Guilherme de Sousa Lourenço
Secretário Geral do COI
Representante do Município

Ítalo Beltrão de Lucena Córdula
Membro do COI

Wellington Araújo de Oliveira –
Membro do COI

João Thomaz da Silva Neto
Membro do COI

PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CABEDELO

Aos vinte e seis dias de janeiro de dois mil e quinze, às nove horas, reuniu-se na sala da presidência para reunião com os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo, nomeados através da Portaria de nº 054/2014, da Presidência do IPSEMC, Senhora Léa Santana Praxedes, que também preside o Comitê, para em conjunto com os demais membros dá cumprimento ao previsto no item V do Artigo 1º da Portaria MPS 345 de 31 de dezembro de 2009 que em consonância com a Resolução CMN 3.922 de 25 de novembro de 2009, deliberam sobre Relatório Analítico dos Investimentos de 2014. Estando presentes os seguintes Membros: Léa Santana Praxedes - Presidente, Guilherme de Sousa Lourenço – membro secretário, João Thomaz da Silva Neto - membro, Wellington Araújo de Oliveira - membro, Ítalo Beltrão de Lucena Córdula – membro. Ordem do Dia: 1) Apresentação Relatório Analítico dos Investimentos de 2014 e 2) Análise de redirecionamento da carteira de investimentos e possibilidade de alteração mediante cenário econômico atual.

Encaminhamentos:

A Presidente ao iniciar a ordem do dia, constatou a existência de quorum, deu boas-vindas e confirmou se todos os Membros presentes receberam o material a ser deliberado.

- 2) Apresentação Relatório Analítico dos Investimentos de 2014;
- 3) Análise de redirecionamento da carteira de investimentos e possibilidade de alteração mediante cenário econômico atual.

SINTESE DO RELATÓRIO ANUAL DO EXERCÍCIO 2014

Glossário

Informamos algumas definições técnicas que foram apresentadas a seguir, sobre os instrumentos matemáticos e estatísticos que são utilizados neste relatório para a avaliação do risco de seus investimentos, queremos fazer um breve esclarecimento. Classicamente há três tipos de riscos: risco de mercado, risco de liquidez e risco de crédito. Neste relatório abordaremos apenas o *risco de mercado*, em suas aplicações financeiras no ano de 2013. Ressaltamos que alguns destes instrumentos estão na língua inglesa, demonstrando que também são amplamente utilizados nos mercados internacionais.

VAR (Value-At-Risk)

Ao analisar o perfil de um fundo de investimentos é comum encontrar os limites de risco do fundo calculados pela metodologia do Value at Risk (Valor em Risco) – VaR. O VaR é uma medida estatística da variação máxima potencial, no valor de uma carteira de investimentos financeiros, dado determinado nível de probabilidade, para um intervalo de tempo predefinido. Resumidamente, o VaR, responde à seguinte questão: quanto podemos perder, dado x% de probabilidade, para um determinado intervalo de tempo.

Volatilidade

Sensibilidade evidenciada pela cotação de um ativo ou de uma carteira de ativos às variações globais dos mercados financeiros. Indica o grau médio de variação das cotações de um ativo em um determinado período. Ocorre quando a cotação do ativo tem variações frequentes e intensas. A volatilidade é uma medida de risco de mercado. Medida estatística da variabilidade (Volatilidade) de um conjunto de observações. É uma medida de dispersão muito utilizada, que se baseia nos desvios das observações em relação à média.

O **desvio padrão**, que serve para mostrar o quanto os valores dos quais se extraiu a média são próximos ou distantes da própria média.

Índice de Sharpe

Índice amplamente utilizado por profissionais do mercado financeiro, que relaciona o risco e a rentabilidade envolvidos em determinado investimento, na tentativa de melhor qualificá-lo. O cálculo deste índice leva em consideração a volatilidade e o retorno do fundo acima do benchmark. Quanto maior o retorno e menor o risco, maior será o índice de Sharpe. Pode-se dizer que é um índice complementar à análise da relação risco x retorno, e que deve ser sempre observado pelo gestor de investimentos deste RPPS.

Tracking Error

Tracking Error é uma medida, em percentual de quão aproximadamente um portfólio replica o seu benchmark. O Tracking Error mede o desvio-padrão da diferença entre os



retornos do portfólio e os retornos do benchmark. Para um fundo que visa replicar um índice, o tracking error deverá ser tão próximo quanto possível de zero. Para fundos com gestão ativa, o Tracking Error pode ser muito maior.

Alfa

O Alfa mostra a capacidade e habilidade gerencial dos administradores de carteira; com o objetivo de obter retornos superiores àqueles que poderiam ser esperados, dado o nível de risco da carteira de investimentos, pela previsão bem sucedida de preços dos ativos. Quando o desempenho da carteira de ativos está em equilíbrio com o desempenho da carteira de mercado, $\alpha = 0$. Quando a carteira de ativos tem um desempenho superior à carteira de mercado, obviamente $\alpha > 0$. Caso contrário, $\alpha < 0$.

Posição de Dezembro de 2014

Resolução 3.922/10 RF

Resolução 3.922/10 RV

Enquadramento na Resolução 3.922/2010

Norma	% P L	Limite	Total Artigo
Artigo 7º, Inciso I, Alínea B	91,98%	100%	71.116.936,11
Artigo 7º, Inciso III, Alínea A	1,47%	80%	1.134.577,85
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea A	6,05%	30%	4.681.184,18
Total Renda Fixa	99,51%	100%	76.932.698,14

Artigo 8º, Inciso III	0,49%	15%	381.676,84
Total Renda Variável	0,49%	30%	381.676,84

Enquadramento na Política de Investimentos - 2014

Norma	% PL	Limite	Total Artigo	GAP
Artigo 7º, Inciso I, Alínea B	91,98%	100,00%	71.116.936,11	6.197.438,87
Artigo 7º, Inciso III	1,47%	30,00%	1.134.577,85	22.059.734,64
Artigo 7º, Inciso IV	6,05%	20,00%	4.681.184,18	10.781.690,82
Artigo 7º, Inciso V		10,00%		7.731.437,50
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea A		2,00%		1.546.287,50
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea B		3,00%		2.319.431,25
Total Renda Fixa	99,51%	165,00%	76.932.698,14	

Artigo 8º, Inciso I		10,00%		7.731.437,50
Artigo 8º, Inciso III	0,49%	15,00%	381.676,84	11.215.479,41
Artigo 8º, Inciso IV		5,00%		3.865.718,75
Artigo 8º, Inciso V		5,00%		3.865.718,75
Artigo 8º, Inciso VI		5,00%		3.865.718,75
Total Renda Variável	0,49%	40,00%	381.676,84	

TOTAL DA CARTEIRA: 77.314.374,98

A seguir são discriminados os dados por Administradores e sub-segmentos dos recursos previdenciários nas Instituições Bancárias.

Distribuição - Administradores

Administrador	Valor	%
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	37.821.479,64	48,92%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	31.185.276,48	40,34%
BANCO BRADESCO	7.925.942,02	10,25%
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	381.676,84	0,49%

Distribuição - Sub-segmentos

Sub-segmento	Valor	%
IRF-M 1	55.134.769,61	71,31%
IMA-GERAL	14.455.365,89	18,70%
CDI	3.359.782,90	4,35%
IDKA 2A	2.307.686,95	2,98%
IMA-B	1.321.401,28	1,71%
DIVIDENDOS	381.676,84	0,49%
IRF-M	353.691,51	0,46%

São apresentados dados dos meses de janeiro a dezembro de 2014, discriminados saldos e retorno dos investimentos dos fundos e percentuais das metas atuariais.

ACUMULADO NO ANO	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno R\$	Retorno %	IPCA + 6% a.a. (Meta Anual)	% Attingim Meta
MESES	60.931.679,58	29.122.729,03	19.479.889,54	77.314.374,98	6.739.855,91	10,27%	12,82%	80,69%
Janeiro - 2014	60.931.679,58	2.960.000,00	1.691.000,00	62.396.171,81	195.492,23	0,31%	1,06%	29,57%
Fevereiro - 2014	62.396.171,81	1.210.000,00	504.000,00	63.854.250,17	752.078,36	1,19%	1,16%	103,04%
Março - 2014	63.854.250,17	1.019.500,00	554.000,00	64.804.262,50	484.512,33	0,75%	1,36%	55,21%
Abril - 2014	64.804.262,50	1.234.000,00	618.000,00	66.016.203,25	595.940,75	0,91%	1,14%	80,14%
Maio - 2014	66.016.203,25	1.153.000,00	532.220,49	67.320.838,20	683.855,44	1,03%	0,95%	108,14%
Junho - 2014	67.320.838,20	12.768.638,56	12.347.578,58	68.295.435,91	553.537,73	0,82%	0,87%	94,42%
Julho - 2014	68.295.435,91	1.402.096,43	618.596,43	69.721.070,91	642.135,00	0,93%	0,54%	171,10%
Agosto - 2014	69.721.070,91	1.222.000,00	565.000,00	71.262.502,09	884.431,18	1,26%	0,74%	170,29%
Setembro / 2014	71.262.502,09	1.280.000,00	574.000,00	72.127.153,91	158.651,82	0,22%	1,08%	20,36%
Outubro / 2014	72.127.153,91	1.697.000,00	594.000,00	73.930.271,08	700.117,17	0,96%	0,96%	100,06%
Novembro / 2014	73.930.271,08	1.466.494,04	641.494,04	75.455.107,36	699.836,28	0,94%	0,98%	95,93%
Dezembro / 2014	75.455.107,36	1.710.000,00	240.000,00	77.314.374,98	389.267,62	0,51%	1,29%	39,11%

São também apresentados os dados de retorno dos fundos individualmente tomando como base a meta atuarial anual.

Ano XX – Nº 03 - Cabedelo, 31 de março de 2015

Renda Fixa	%
CDI	10,81 %
IMA-B (Meta Gerencial)	14,54 %
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)	12,82 %
CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	12,21 %
BB IMA-GERAL EX-C TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	12,17 %
BRANCO INSTITUCIONAL IMA-GERAL FIC RENDA FIXA	11,77 %
CAIXA BRASIL IDKA 2A IPCA TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	11,50 %
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	11,18 %
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	11,02 %
BRANCO FEDERAL EXTRA FI REFERENCIADO DI	10,67 %
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	10,35 %
BRANCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	10,28 %
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	10,22 %
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	N/A

Renda Variável	%
IBOVESPA	-2,91%
IBX-50	-2,65%
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)	12,82%
BNB BTG PACTUAL DIVIDENDOS FIC AÇÕES	3,72%

Cenário Global

Nos primeiros meses de 2014, os mercados de capitais foram marcados mais por fatores técnicos e eventos, do que propriamente por fundamentos. A crise entre Rússia e Ucrânia, a redução do ritmo do programa de recompra de títulos ("quantitative easing") pelo Banco Central norte-americano, o anúncio de medidas para estimular a economia na Zona do Euro e a desaceleração da economia chinesa marcaram o cenário externo.

No mercado doméstico, a perspectiva (e posterior confirmação) de rebaixamento da nota de crédito do país pela Standard & Poor's e as indefinições no cenário político, com o mercado se movendo a cada pesquisa eleitoral anunciada, foram o centro das atenções.

A tônica do primeiro semestre foi um mercado muito indefinido, com volatilidade alta e comportamento muito mais atrelado ao fluxo de recursos externos.

No mercado de renda fixa, a discussão acerca da sustentação do cenário econômico-financeiro, que manteve a valorização dos ativos no mercado doméstico, levantou suposições a respeito da duração desse processo e dos riscos de reversão desse panorama.

O movimento da taxa de câmbio ao longo do primeiro semestre colaborou para um cenário de menor volatilidade no mercado de renda fixa, e até para a valorização dos ativos.

No início do mês de junho, as medidas divulgadas para o mercado de câmbio – ampliação dos swaps cambiais do Banco Central e diminuição do prazo para captação externa com isenção de IOF – apontaram o propósito do Governo em conservar a oferta de dólares no mercado brasileiro. Na ocasião do anúncio, havia desconfianças dos agentes do mercado financeiro quanto ao prosseguimento da estratégia de atuação do Banco Central no segmento, o que se resultou em um comportamento volátil dos indicadores de renda fixa no período.

Com relação à inflação no Brasil, a valorização da taxa de câmbio e o pífio crescimento da economia brasileira repercutiram nos índices de preços e estimativas, o que favoreceu para a decisão do Copom – Comitê de Política Monetária, de suspender o processo de aperto monetário com a manutenção da Taxa Selic na reunião de maio.

No segmento de renda variável, os movimentos dos indicadores foram sensibilizados pelo maior, ou menor, fluxo de capital estrangeiro direcionado ao País, com o Ibovespa fechando o primeiro semestre com retorno positivo de 3,22%.

O segundo semestre do ano foi marcado pelas eleições presidenciais, e depois de uma campanha extraordinariamente acirrada, a vitória de Dilma Rousseff por margem estreita de votos. A diferença de apenas três pontos percentuais foi a menor desde que o PT chegou ao poder, em 2002. Em 2010, a própria Dilma obteve 56% dos votos válidos, contra 44% do tucano José Serra.

A vitória apertada prenuncia um segundo mandato muito mais difícil. Mas, antes mesmo de estreitar o novo mandato, a presidente tem de decidir se vai ignorar o ponto de vista de quase metade do eleitorado ou adequar suas políticas para levá-lo em conta.

Há um caminho para que faça um segundo mandato à altura do Brasil. Para isso, ela deve interpretar o resultado da eleição como prova de que duas agendas precisam ser tocadas em paralelo: a das políticas de assistência social e a da modernização da economia.

E a presidente Dilma deu o sinal que o mercado esperava, optando por uma política mais ortodoxa na condução da economia do País. Joaquim Levy assume a Fazenda, enquanto Nelson Barbosa fica com a pasta do planejamento. No Banco Central, continua Alexandre Tombini.

Joaquim Levy chega com a missão de recuperar o crescimento da economia e sinalizar ao mercado mudanças na política econômica. Agentes econômicos acreditam que Levy tem condições de tomar medidas para fazer a economia do País voltar a crescer a taxas consideráveis, além de o governo cumprir a meta fiscal anual.

Neste cenário, o Comitê de Política Monetária – COPOM, manteve o ritmo de aperto monetário com objetivo de trazer a inflação ao centro da meta, e ao final de 2014, a Selic foi elevada para 11,75% ao ano. Entretanto, a inflação se mantém pressionada em razão da alta generalizada de preços, inclusive os administrados. O dólar mais forte contribui para exercer pressão sobre a inflação.

E o dólar não dá sinais de arrefecimento. A melhora dos indicadores de crescimento americano fez com que o Federal Reserve – FED interrompesse o programa de recompra de ativos da ordem de US\$ 15 bilhões mensais, que desde o início da crise de 2008 injetou aproximadamente US\$ 4 trilhões na economia americana. A partir de agora, o mercado espera que o FED eleve a taxa básica de juros da economia antes do esperado, em meados de 2015.

Outro fator que pesou sobre os mercados ao final do ano foi a queda do preço das commodities em geral, especialmente o petróleo. As cotações do óleo bruto perderam 50% do seu valor desde junho, devido a uma oferta abundante, ao fortalecimento do dólar e à fragilidade da demanda em um contexto de desaquecimento da economia mundial. E a situação tende a se manter no curto prazo, depois que a OPEP decidiu manter inalterado seu teto de produção, na última reunião do cartel que tem sua sede em Viena, na Áustria.

Além do petróleo, os preços do minério de ferro e do carvão voltaram aos níveis vistos pela última vez durante a crise financeira de 2008/2009, sinalizando não só o impacto de uma oferta abundante, mas também uma acentuada fraqueza em partes da economia global.

Vivemos um momento em que o mundo cresce menos. Apesar da expansão, ainda que moderada, da economia americana, os países da Europa vêm enfrentando problemas com a fraqueza do mercado de trabalho e aumento de seus passivos. A economia na zona do euro e Japão estão estagnadas, com baixas perspectivas de melhora sem medidas de estímulo significativas. A China, o grande motor da economia mundial dos últimos 20 anos, vem diminuindo o forte ritmo de crescimento verificado nas últimas décadas.

Para o Brasil, as perspectivas não são animadoras no curto prazo. A inflação deverá se manter pressionada, e o crescimento da economia limitado pelas necessárias reformas estruturais que precisam ser implementadas ao longo dos próximos meses.



POI - Periódico Oficial do IPSEMC

Criado pela Lei nº 840 de 30/04/1996

Prefeitura Municipal de Cabedelo
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo

Ano XX – Nº 03 - Cabedelo, 31 de março de 2015

Relatório elaborado juntamente com a empresa Crédito e Mercado e os membros do COI do IPSEMC.

A seguir são apresentadas sugestões junto ao Conselho Fiscal e Administrativo do IPSEMC a respeito de mudanças na carteira na busca da meta atuarial. Onde a intenção ao longo de 2015 será de uma busca do alcance mais ativa, sugerindo, possivelmente, mudanças bimestrais quando for o caso.

Dessa forma, foi sugerido pelos membros do COI a Presidência e aos membros dos dois Conselhos descritos anteriormente que novos recursos previdenciários sejam aplicados em IMA B, IMA Geral, e IMA B 5.

Foi sugerido e aprovado a realocação de R\$ 18 milhões de reais dos recursos aplicados nos fundos IRF M1, para os tipos de fundos indicados anteriormente, aproveitando o momento atual de juros altos e perspectiva de alta de IPCA. Conforme sugestão da Consultoria Crédito e Mercado.

Assim, desses R\$18 milhões, serão realocados R\$ 10 milhões para IMA Geral, R\$ 8 milhões para IMA B e novos recursos para IMA B 5.

Devem ser obedecidas as proporções entre os bancos e os investimentos existentes. Assim, sugerimos a retirada dos recursos aplicados no IRF M1, do Bradesco para ser aplicado em IMA Geral, IMA B e IMA B 5, dentro do próprio banco ou em outros bancos.

O mesmo procedimento deve ser seguido junto ao Banco do Brasil e Caixa, com a realocação de R\$ 6 milhões dos fundos IRF M1 de cada banco para IMA Geral, IMA B e novos recursos para IMA B 5. Essas movimentações dentro dos próprios bancos. Ficou indicado também pelo COI, que não devem ser alterados os investimentos em Renda Variável junto ao BNB, por ser um valor percentual pequeno e de aplicação recente.

Salientamos que esse movimento deve ser seguido até a próxima reunião do COI ou possíveis alterações significativas no mercado.

Conforme descrito anteriormente, devem ser realocados recursos a seguir discriminados:

Banco do Brasil: resgatar R\$ 3.500.000,00 do IRF M1 e aplicá-los no IMA Geral do fundo já aberto.

Caixa Econômica: resgatar R\$ 3.500.000,00 do IRF M1 e aplicá-los no IMA Geral do fundo já aberto.

Bradesco: resgatar R\$ 3.000.000,00 do IRF M1 e aplicá-los no IMA Geral do fundo já aberto.

As demais movimentações requer a seguinte solicitação e aprovado do COI junto aos Conselhos Administrativo e Fiscal abertura de fundos de Investimentos IMA B e IMA B 5, junto as instituições bancárias que mantemos vínculos, a exceção do BNB.

Ato contínuo, não havendo nenhuma manifestação, e, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 12:00 horas, da qual eu, Guilhardo de Sousa Lourenço -, lavrei a presente ata, que será assinada pelos Membros presentes. Cabedelo-PB, 26 de janeiro de 2015.

Léa Santana Praxedes
Presidente do COI

Guilhardo de Sousa Lourenço
Secretário Geral do COI

Ítalo Beltrão de Lucena Córdula
Membro do COI

Wellington Araújo de Oliveira –
Membro do COI

João Thomaz da Silva Neto
Membro do COI

SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CABEDELO

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e quinze, às nove horas, reuniu-se na sala da presidência para reunião com os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo, nomeados através da Portaria de nº 054/2014, da Presidência do IPSEMC, Senhora Léa Santana Praxedes, que também preside o Comitê, para em conjunto com os demais membros dá cumprimento ao previsto no item V do Artigo 1º da Portaria MPS 345 de 31 de dezembro de 2009 que em consonância com a Resolução CMN 3.922 de 25 de novembro de 2009, deliberam sobre Os resultados dos investimentos ocorridos no último bimestre e alterações na alocação de novos recursos junto ao IPSEMC. Estando presentes os seguintes Membros: Léa Santana Praxedes - Presidente, Guilhardo de Sousa Lourenço – membro secretário, João Thomaz da Silva Neto - membro, Wellington Araújo de Oliveira - membro, Ítalo Beltrão de Lucena Córdula – membro. Ordem do Dia: 1) Análise dos investimentos ocorridos no 1º bimestre de 2015 e 2) Alocação de recursos novos destinados ao IPSEMC para investimento.

Encaminhamentos:

A Presidente ao iniciar a ordem do dia, constatou a existência de quorum, deu boas-vindas e confirmou se todos os Membros presentes receberam o material a ser deliberado.

- 1) Análise dos investimentos ocorridos no 1º bimestre de 2015;
- 2) Alocação de recursos novos destinados ao IPSEMC para investimento.

Inicialmente destacamos que as alterações na carteira sugeridas na ata anterior não foram executadas, por motivos de fortes alterações no mercado sobre os fundos de investimentos do tipo IMA. Assim, as realocações sugeridas foram suspensas até o mercado apresentar nova tendência de alta para esses produtos.

Desta forma, o Comitê sugere a manutenção da carteira nos fundos já existentes, recomendando apenas que novos recursos sejam direcionados a Fundos com de curto prazo de CDI, fundos esses existentes no Banco do Brasil e Bradesco.

Finalizando, foram identificados que todos os bancos que tem investimentos dos IPSEMC estavam com seus credenciamentos vencidos, e foram notificados por e-mail para atualização do credenciamento e apenas o Banco do Brasil normalizou a situação, tendo seu credenciamento válido por mais 180 dias.

Ato contínuo, não havendo nenhuma manifestação, e, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 12:00 horas, da qual eu, Guilhardo de Sousa Lourenço -, lavrei a presente ata, que será assinada pelos Membros presentes. Cabedelo-PB, 26 de janeiro de 2015.

Léa Santana Praxedes
Presidente do COI

Guilhardo de Sousa Lourenço
Secretário Geral do COI

Ítalo Beltrão de Lucena Córdula
Membro do COI

Wellington Araújo de Oliveira –
Membro do COI

João Thomaz da Silva Neto
Membro do COI

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

CONSELHO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - CAMPREV

Ata da Primeira Reunião Extraordinária do Conselho Administrativo

Previdenciário - CAMPREV

Ano 2015

Data:	26 de março de 2015.
Horário:	9h00 – 2ª Convocação.
Local:	Gabinete da Presidência do IPSEMC.

Conselheiros presentes:

- Léa Santana Praxedes – Presidente;
- Wilma Alves de Lima – Conselheira-Secretária;
- Ângela Maria Moreira Neves – Conselheira;
- Verônica Maria Viana Lima.

Ausentes:

Convidados presentes:



Prefeitura Municipal de Cabedelo
Prefeito: Wellington Viana França

2015

Conselho Previdenciário do IPSEMC
Presidente: Léa Santana Praxedes
Membros: Ângela Maria Moreira Neves, Euzo da Cunha Chaves, Wilma Alves de Lima, Auzélia Marinho de Farias e Maria das Graças Carlos Resende

Conselho Fiscal Municipal Previdenciário em reunião conjunta

Ordem do Dia:

- 1- Apreciação do Relatório de Gestão – Exercício 2014 para encaminhamento ao TCE/PB.

Encaminhamentos:

A Presidente ao iniciar a ordem do dia, constatou a existência de *quorum*, deu boas-vindas e confirmou se todos os Conselheiros presentes receberam o material a ser deliberado.

Item 01 - Apreciação do Relatório de Gestão – Exercício de 2014.

Tão logo iniciou a reunião a Sra. Presidente Léa S. Praxedes junto ao Presidente do Conselho Fiscal Dr. Euzo da Cunha Chaves, fizeram a explanação das atividades previdenciárias inerentes ao Exercício de 2014, tendo em vista que chegou o momento de prestação de Contas ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/PB. Para isso, iniciou-se com o pensamento do H. Longfellow: “A perseverança é um precioso elemento de sucesso. Assim, se você bater a uma porta por logo tempo, chamando em alta voz, certamente alguém acordará e lhe atenderá” por acreditar que a Perseverança é o tempero que tem motivado o IPSEMC em busca do melhor no serviço público sob nossa responsabilidade. Perseverar em meio às dificuldades, às provações, às aflições, medos, temores, desafios e tantas outras complexidades enfrentadas em nosso jornada previdenciária. Gritar com bons modos, é óbvio, conclamando, motivando, sensibilizando, tirando das fraquezas forças e fazendo a coisa acontecer, mesmo errando muitas vezes, fraquejando por outros lados, cansando, exaurindo-se, todavia, lutando incansavelmente para que possamos atingir o MELHOR. O Exercício de 2014, foi marcado por um volume enorme de atividades até porque foi início de uma nova gestão municipal e enquanto equipe, assumimos a gestão da admissão dos nossos servidores concursados da Prefeitura, sendo esta responsabilidade um dos motivos da demanda de trabalhos no IPSEMC. Não foi fácil atravessar estes momentos, entretanto, além de sonhar e agir acreditamos que fizemos a coisa certa com a consciência tranquila do dever cumprido, embora tenha sido exaustivo, pois isso gerou um volume processual de mais de dois mil processos, além de outras demandas judiciais vinculadas. Quanto ao “Calcanhar de Aquiles” do IPSEMC, que é a questão dos investimentos, 2014 foi um ano difícil com eventos que influenciaram muito o mercado financeiro de modo negativo e isso impossibilitou atingirmos a meta atuarial que chegou aos oitenta e quatro por cento, na verdade, relativamente alta, ou seja, IPCA mais 6%. Acredita-se que nenhum RPPS no país conseguiu atingir essa meta. O IPSEMC reservou-se ao direito e ao cuidado de proteger sua reserva previdenciária tendo em vista a enorme responsabilidade com o pagamento dos benefícios concedidos e a conceder. Daí, comportar-se moderadamente, conservadoramente em um ambiente financeiro devastado pela oscilação, volatilidade e insegurança e isso foi a medida adotada com base nas informações recebidas da Assessoria em Investimentos. Como sempre acontece, foi formalizada e divulgada nossa política de investimentos dentro do que preceitua as normas pertinentes, bem como a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN, reafirmando nossa responsabilidade quanto à adoção de práticas legais sustentáveis, éticas e dignas na condução dos investimentos, uma vez que os mesmos são a garantia dos pagamentos dos benefícios presente e futuros de todos os segurados do IPSEMC, devidamente partilha com os Conselhos como Vossas Senhorias tem conhecimento. O período foi sinalizado por outras realizações de grande relevância para a gestão, além das ocorrências com os investimentos. Recebemos novamente em 2014 o Prêmio Boas Práticas de Gestão (ressaltando que o Ipsemc vem sendo premiado desde 2010), sendo classificado desta vez com a maior pontuação no ranking – Primeiro Lugar na categoria de médio porte, após importante avaliação promovida pela ANEPREM – Associação Nacional de Previdência Estadual e Municipal, a qual envolve o preenchimento de muitos critérios. Esta avaliação externa promove um incentivo enorme à equipe previdenciária ofertando-lhe oxigênio para continuar na batalha que é árdua, complexa, laboriosa mesmo porque a iniciativa reafirma a intenção do IPSEMC em continuar perseguindo um padrão de desenvolvimento inovador que permita a consolidação de uma gestão excelente. Destacamos a atuação dos Comitês de Investimentos – COI, do Controle Interno, dos Conselhos as quais tem sido de caráter vital e sustentável para a gestão previdenciária; a execução do Programa “Vida Saudável” – Sistema de Preparação dos Servidores para Aposentadoria – PPA, contendo a Cartilha dos Direitos Previdenciários dos Servidores Municipais, o FOLDER orientativo como mais um Programa de Educação Previdenciária servido para desenvolver uma cultura previdenciária entre os servidores municipais; a avaliação dos resultados da Pesquisa de Satisfação que baliza as nossas ações; o andamento da organização do arquivo dentro do GED – Programa de Gerenciamento de Eletrônico de Documentos; pagamentos dos benefícios atualizados; parque tecnológico com atuação interligada de todos os setores do IPSEMC gerando harmonia, sinergia e o trabalho fluído; continuidade do programa de profissionalização da gestão, ou seja, toda a equipe e conselheiros participando de congressos, seminários, encontros, cursos, palestras, simpósios, fóruns, ou seja, aproveitando as oportunidades que tem surgido para uma melhor capacitação no âmbito previdenciário. Quanto ao SIPREV o IPSEMC junto com outros municípios paraibanos e um norterriograndense recebeu treinamento ofertado pelo MPS no mês de agosto/2011 e, desde o Exercício de 2013 houve a importação de dados da Secretaria de Administração

para o IPSEMC, cuja migração ocorreu sem gargalos, sendo que neste momento o IPSEMC está à espera do Ministério da Previdência Social – MPS, tendo em vista que se inscreveu no PROPREV e foi aprovado para o Censo Cadastral dos servidores ativos e inativos do município, que será realizado no período de maio para junho deste exercício conforme agendamento do MPS. A Avaliação Atuarial que é uma ferramenta indispensável à sobrevivência dos regimes próprios, ocorreu normalmente, e, conforme legislação pertinente, uma vez ao ano realiza-se esse estudo técnico através no qual o atuário mensura os recursos (patrimônio) necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos (compromissos) pelo Plano de Benefícios. A Avaliação Atuarial é elaborada a partir de dados estatísticos da população coberta pelo Plano, como a taxa de mortalidade, taxa de sobrevivência após a aposentadoria, taxa de invalidez por doenças e por acidentes, taxa de retorno esperado para os investimentos, entre outras. O IPSEMC, no momento, se encontra em situação regular e completamente atualizado mesmo porque o Município está cumprindo rigorosamente com o Plano de Amortização do Déficit Atuarial em conformidade com a lei 1.534/2011, bem como sendo avaliado a cada novo exercício sob o controle de um estudo dirigido e acompanhado até que haja, em futuro próximo, o desaparecimento desse evento e se possa proclamar em alto e bom som o equilíbrio financeiro e atuarial. Informa-se também que quanto ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) que é um documento que atesta a regularidade do regime de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos de um Estado ou Município. Para obtê-lo é preciso preencher os critérios exigidos pelo Ministério da Previdência Social (MPS), como: Demonstrativo das Receitas e Despesas; Avaliação Atuarial; Demonstrativo Financeiro relativo às aplicações dos recursos; Comprovações de Repasses dos valores das contribuições sociais (servidor e patronal), entre outros. Assim, o não cumprimento desses critérios, além de suspender o CRP, penaliza o município com as seguintes sanções: suspensão das transferências voluntárias; suspensão de empréstimos e financiamento; suspensão de compensação previdenciária, etc. Porém, graças, primeiramente a Deus e depois ao esforço conjunto do IPSEMC e da Prefeitura, nosso CRP está atualizado. Foi renovado automaticamente em 11/11/2014 com validade até 10 de maio de 2015, pelo que se espera a renovação automática visto que o Município está regularmente em dia com todos os repasses institucionais de sua responsabilidade. Essa situação atual do Ente (Prefeitura) é por demais positiva, pois, quanto aos benefícios a conceder, a tendência e só crescimento e isso se verifica a cada ano com os gráficos que mostramos aos senhores Conselheiros. Só agora no Exercício de 2014 foram concedidos trinta e sete benefícios, sendo vinte e cinco aposentadorias e doze pensões. A despesa com a folha bruta inerente aos inativos, pensionista e servidores do IPSEMC atingiu o patamar de seis milhões, novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e dois reais e setenta e quatro centavos, um montante realmente considerável, o que, por si só, justifica nossa preocupação contínua com a Carteira de Investimentos do IPSEMC. Continuamente o Ipsemc, através de seu portal www.ipsemc.pb.gov.br é submetido à avaliação do público externo composto de seus beneficiários (funcionários efetivos ativos, aposentados, pensionistas e sociedade em geral), pois a opinião de cada um tem contribuído para melhorar a prestação de serviços da autarquia. Essa ferramenta é um poderoso instrumento de mensuração e visa construir e manter um relacionamento de excelência com os usuários com o fito de tratá-los cada vez melhor. A metodologia é simples e a participação dos clientes-usuários tem sido de fundamental importância para que se possa aperfeiçoar os procedimentos, pois é com todo afincado que a equipe previdenciária se dedica para que o Ipsemc alcance a excelência em toda a sua plenitude na gestão da previdência do município. Como todos já tem conhecimento, a Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999 dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria. O Decreto nº 3.112 de 06 de julho de 1999 dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que versa sobre compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria. A Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999 estabelece procedimentos operacionais para a realização da compensação previdenciária de que dispõe a Lei nº 9.796/99 e o Decreto nº 3.112/99. E, a Portaria MF/MPS nº 410, de 29 de julho de 2009 disciplina o art. 14-A do Decreto nº 3.112, de 06/07/2009, que dispõe sobre Compensação Previdenciária. O Ipsemc está atualizado em relação aos processos já homologados pelo TCE/PB e conta com o montante recebido até 31 de dezembro de 2014, de mais de três milhões, setecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos. Quanto ao Patrimônio Líquido do Instituto teve nestes últimos anos, uma evolução linear. Findo o exercício financeiro de 2014, as reservas aplicadas mais os saldos conciliados das contas correntes são de R\$ 77.548.201,40 (setenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, duzentos e um reais e quarenta centavos). Com relação à taxa de administração conseguiu-se atuar dentro do patamar legalmente estabelecido, ou seja, atingiu-se o percentual de um, vírgula sessenta, abaixo dos dois por cento previsto em lei, como se mostra agora para os senhores Conselheiro através do relatório de gestão. Desde que foi implantado o sistema de protocolo on-line, os servidores passaram a acompanhar o andamento de solicitações e processos pela internet, proporcionando mais transparência, agilidade e eficiência, quanto a atuação da Junta Médica no Ipsemc a qual avalia todos os processos de licença para tratamento de saúde, aposentadoria por invalidez, etc. no âmbito do Município. Foram muitos os desafios vencidos entre os quais se destaca: Continuação do GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos em andamento;



POI - Periódico Oficial do IPSEMC

Criado pela Lei nº 840 de 30/04/1996

Prefeitura Municipal de Cabedelo
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo

Ano XX – Nº 03 – Cabedelo, 31 de março de 2015

Continuidade do Programa de Profissionalização – toda a equipe do IPSEMC participando de treinamentos diversos; Participação do IPSEMC no 48º Congresso Nacional de Previdência realizado pela ABIPEM; Participação do IPSEMC no 9º Fórum Perspectivas de Investimentos 2014 sob o tema “Os Desafios de Compatibilizar Risco e Retorno”, do qual o IPSEMC participou, levando seu Comitê de Investimentos e o Conselho Previdenciário. O evento foi aberto pelo Dr. Leonel e em seguida foram explicados os seguintes temas: “Cenários e Desafios 2014”, por François Racicot – Diretor da área de Investimentos da Mercer no Brasil; “Investimentos no Exterior” por Vinicius Lima – Responsável pela área de clientes institucionais da BlackRock no Brasil; “FIPs – Oportunidades em infraestrutura”, por Sérgio Bini – Superintendente de Produtos para Ativos de Terceiros da Caixa Econômica Federal; “Alocação de risco e separação de alfa/beta no novo ciclo econômico” por Thiago Palaia – Head de multi-asset portfólio solutions na Itaú Asset Management; “Perspectivas macro econômicas para 2014 e impactos nos investimentos de RPPS”, por André Perfeito – Economista-Chefe da Gradual Investimentos; “Oportunidades de Renda Variável”, por Fábio Spinola – Sócio-Diretor da Apex Investimentos. “Perspectivas 2015 – Diversificação de Ativos e Metal Atuarial” promovido pela Empresa Sirius Comunicação e Revista Investidor Institucional/SP na cidade do Recife-PE; Participação do IPSEMC no 2º Congresso Brasileiro de RPPS promovido pela ABIPEM em Brasília-DF; Participação do IPSEMC em seminário sobre investimento sob o tema: “Novas Alternativas de Investimentos para RPPS” realizado pelo Banco do Nordeste Brasileiro –BNB em João Pessoa-PB; Realização de atividades integrativas entre ativos e inativos do município com a parceria da Prefeitura e outras organizações; IPSEMC aprovado no PROPREV promovido pelo Ministério da Previdência Social – MPS para realização do Censo Cadastral dos servidores ativos e inativos do Município; Participação do IPSEMC no 14º Congresso Nacional de Previdência da ANEPREM, na cidade de Campinas-SP, onde o IPSEMC recebeu o honroso prêmio de “Boas Práticas de Gestão de RPPS – 2014” pelo quinto ano consecutivo, ficando em 1º Lugar na categoria de médio porte. A avaliação já vinha acontecendo em meses anteriores e envolveu vários critérios, tais quais: Transparência, ética, responsabilidade corporativa e social, prestação de contas, entre outros. Dentro do aspecto da responsabilidade social, podemos evidenciar o trabalho que é feito em parceria com a Prefeitura e outras Empresas que nos ajudam a desenvolver atividades sociais sem a utilização de verba previdenciária. Foram várias as metas atingidas: Realização do censo funcional previdenciário presencial, o que além de promover o nosso portal, facilitou a sua realização – 100% alcançada; Realização de Eventos diversos com aposentados, pensionistas e pessoal da terceira idade em consonância com as parcerias que se obteve da Prefeitura e de outras organizações – 100% alcançada; Realização de estudo atuarial visando a devida verificação de viabilidade do equilíbrio financeiro e atuarial da autarquia, 100% alcançada; Atendimento das notificações do Tribunal de Contas do Estado – TCE do Ministério da Previdência Social – MPS – 100% alcançada; Obtenção do CRP, através do preenchimento de trinta e cinco critérios estabelecidos por lei federal – 100% alcançada; Continuação da incorporação de conteúdo e serviços ao portal IPSEMC – 75% alcançada em relação a 2013; Registro e tombamento dos bens patrimoniais e materiais do Ipsemc – com etiquetas contendo código de barras, visando um melhor acompanhamento, organização e controle desses bens – 100% alcançada; Contabilização das provisões matemáticas – 100% alcançada; Equilíbrio Financeiro e Atuarial – 100% alcançada – atendimento da Lei que criou o sistema de amortização do déficit atuarial – Planejamento Estratégico – Estratégia 1 – O.E.4 – Meta 1 – Implementar Ações Sustentáveis para Reduzir o Déficit Atuarial – Ação Contínua; Criação do Manual de Política de Segurança da Informação do IPSEMC a fim de adequá-lo às estruturas globais – Estratégia 4 – O.E.1 –Meta 1 do PE. Primeiro Lugar no Prêmio Nacional “Boas Práticas de Gestão de RPPS 2014”; Dentro da Estratégia 4 – Programação da Tecnologia da Informação –O.E.3 –Meta 1 – a divulgação da imagem institucional – ação contínua – sendo efetivada com sucesso, pois o IPSEMC está no Portal, Facebook, Youtube, Twitter, etc. Tem-se ainda como metas para o exercício de 2015: Manter o CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária – Estratégia 1- O.E.6 – Meta 1; Contabilizar as provisões matemáticas em cumprimento ao que a legislação pertinente; Lançamento do Manual de Controle de bens Patrimoniais para um melhor acompanhamento, organização e controle dos bens patrimoniais – Estratégia 1 – O.E.9 – Meta 1 do PE; Lançamento do Manual de Redação Oficial do IPSEMC–Estratégia 1 – O.E.9 – Meta 1 do PE; Em fase de elaboração, estima-se o lançamento do Manual de Benefícios para um melhor acompanhamento, organização e controle na Concessão dos Benefícios Previdenciários do IPSEMC – Estratégia 1 – O.E.9 – Meta 1 do PE; Realizar o Censo Cadastral conforme procedimentos em andamento junto ao Ministério da Previdência Social – MPS por meio do PROPREV; Incorporar ao sistema de acompanhamento de processos a opção de inclusão de endereço de e-mail, assim a cada movimentação do processo a parte interessada seria notificada por e-mail automaticamente; Realização de Eventos diversos com aposentados, pensionistas e pessoal da terceira idade em consonância com as possíveis parcerias que se obtiver junto a Prefeitura e outras organizações; Realizar estudo atuarial 2014/2015 visando a devida verificação de viabilidade do equilíbrio financeiro e atuarial da autarquia; Atender as auditorias e notificações do Tribunal de Contas do Estado – TCE, do Ministério da Previdência Social; Acompanhar com um melhor controle a Compensação Previdenciária; Utilizar plenamente o SIPREV; Conduzir o Portal do IPSEMC atualizado e transparente; Realizar II ENCONTRO PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS; Alimentar regularmente o sistema próprio de registro individualizado de servidores ativos da PMC, com base nos arquivos de folha de pagamento utilizados para implantar os contracheques on-line, conforme prever o Manual de Segurança da Informação – MPSI, em consonância com o SIPREV, se for o caso; Manter o Programa de Capacitação dos Servidores – dentro das possibilidades existentes. Manter a prática de ações sustentáveis no que diz respeito a: (1) utilização de papel reciclado para consumo na instituição, uma vez que além de ser ecologicamente correto eles já são facilmente

encontrados à venda nos grandes magazines, e diversas empresas já adoram esta medida; (2) coleta seletiva do lixo em geral produzido na instituição; (3) economia de energia, água, etc. (4) atualizar e otimizar todos os processos de trabalhos do IPSEMC; Em andamento, estudo, discussão para atingir a Meta Atuarial definida pelo IPSEMC; desenvolver o Projeto Sócio Ambiental do IPSEMC; Lançar, pois está em andamento estudo e discussão o Manual de Formulários e Padronização dos Documentos Institucionais do Ipsemc – Estratégia 1 – O.E.6 – Meta 1 do PE; (9) lutar pela extinção do Déficit Atuarial Municipal. No âmbito da responsabilidade social podemos evidenciar o trabalho que é feito em parceria com a Prefeitura e outras Empresas que nos ajudam a desenvolver atividades sociais integrativas sem a utilização de verba previdenciária. É muito gratificante ver uma melhora na qualidade de vida dos aposentados e outros idosos da comunidade em função de um trabalho que é efetivado com sacrifício, dificuldade tendo em vista a falta de recursos específicos, entretanto, com o esforço da equipe consegue-se realizar o que vem sendo exposto em nossos informativos. Enfim, a gratidão acima de tudo, a DEUS, por não nos perde de vista e nos acomoda em Seus braços eternos dando-nos forças para superar os muitos gargalos. A todos os profissionais colaboradores e participantes do IPSEMC que formam uma equipe perseverante, cuja contribuição tem sido fundamental para o alcance dos objetivos. Em especial ao Exmo. Senhor Prefeito Wellington Viana França, pela força e pela conexão estabelecida, e principalmente pelo cumprimento de suas obrigações legais previdenciárias o que tem propiciado a superação dos obstáculos administrativos e o alcance das metas planejadas, como por exemplo, a questão do CRP, certificado que comprova a regularidade da gestão e, de qualquer forma, o preenchimento de todos os critérios para obtenção deste certificado, permitindo estabelecer um elo entre o Município e o Ministério o que gera uma melhoria contínua. Portanto, apesar do incerto, do inseguro em relação ao que poderá acontecer, resta-nos alimentar a fé e a esperança para prosseguir como ficou evidenciado no início com as palavras do saudoso Carlos Drummond de Andrade: *“Mas se desejarmos fortemente o melhor e, principalmente lutarmos pelo melhor, o melhor vai se instalar em nossa vida.”* Resta-nos ser perseverantes! A todos que colaboraram direta ou indiretamente para a concretização de mais um ano de lutas e vitórias e conquistas. Para todos vocês, bem como para todos que para aqui virão oferecemos este Relatório... Um ano de 2015 perseverante para que possamos chegar do BOM ao MELHOR!

Deliberação:

O Conselho Administrativo Municipal Previdenciário apreciou toda a explanação, aprovando-a por unanimidade de votos, já que todo o processo da gestão dos investimentos foi exposto com clareza e transparência, emitindo o seguinte parecer: O Conselho Administrativo Previdenciário – CAMPREV e o Conselho Fiscal Previdenciário – CONFIPREV do IPSEMC – Instituto dos Servidores Públicos Municipais de Cabedelo, reunido extraordinariamente em 26 de março de 2015, no uso de suas atribuições estatutárias, declaram que, após apreciar e examinar o Relatório de Gestão inerente ao Exercício de 2014, uma vez que foi apresentado aos Conselheiros na sua totalidade, o aprovam por unanimidade por refletir adequadamente a posição patrimonial da Entidade na presente data, recomendando o encaminhamento do Relatório de Gestão ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e sua consequente divulgação.

O Presidente deixou a palavra em aberto.

Em seguida, não havendo mais nenhuma manifestação, e, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 13:00 (treze) horas, da qual eu, Wilma Alves de Lima, secretariando o Conselho, lavrei a presente ata, que será assinada pelos Conselheiros. Cabedelo-Pb, 26 de março de 2015.

Wilma Alves de Lima
Conselheira/Secretária

Léa Santana Praxedes
Presidente

Ângela Maria Moreira Neves
Conselheira

Verônica Maria Viana Lima
Conselheira

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

CONSELHO FISCAL MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - CONFIPREV

Ata da Primeira Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal

Previdenciário - CONFIPREV

Ano 2015



Prefeitura Municipal de Cabedelo
Prefeito: Wellington Viana França

2015

Conselho Previdenciário do IPSEMC
Presidente: Léa Santana Praxedes
Membros: Ângela Maria Moreira Neves, Euza da Cunha
Chaves, Wilma Alves de Lima, Auzélia Marinho de
Farias e Maria das Graças Carlos Resende



POI - Periódico Oficial do IPSEMC

Criado pela Lei nº 840 de 30/04/1996

Prefeitura Municipal de Cabedelo
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo

Ano XX – Nº 03 - Cabedelo, 31 de março de 2015

Data:	26 de março de 2015.
Horário:	9h00 – 2ª Convocação.
Local:	Gabinete da Presidência do IPSEMC.

Conselheiros presentes:

- Ezo da Cunha Chaves – Presidente;
- Maria das Graças Carlos Rezende – Conselheira;
- Auzélia Marinho de Farias – Conselheira-Secretária.

Ausentes:

Convidados presentes:

Conselho Administrativo Municipal de Previdência.

Ordem do Dia:

- 2- Apreciação do Relatório de Gestão – Exercício 2014 para encaminhamento ao TCE/PB.

Encaminhamentos:

O Presidente ao iniciar a ordem do dia, constatou a existência de *quorum*, deu boas-vindas e confirmou se todos os Conselheiros presentes receberam o material a ser deliberado.

Item 01 - Apreciação do Relatório de Gestão – Exercício de 2014.

Tão logo iniciou a reunião o Sr. Presidente do Conselho Fiscal Dr. Euzo da Cunha Chaves passou a palavra para a Sra. Presidente Léa S. Praxedes, para fazer a explanação das atividades previdenciárias inerentes ao Exercício de 2014, tendo em vista que chegou o momento de prestação de Contas ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/PB. Para isso, iniciou-se com o pensamento do H. Longfellow: “A perseverança é um precioso elemento de sucesso. Assim, se você bater a uma porta por longo tempo, chamando em alta voz, certamente alguém acordará e lhe atenderá” por acreditar que a Perseverança é o tempero que tem motivado o IPSEMC em busca do melhor no serviço público sob nossa responsabilidade. Perseverar em meio às dificuldades, às provações, às aflições, medos, temores, desafios e tantas outras complexidades enfrentadas em nosso jornada de previdenciário. Gritar com bons modos, é óbvio, conclamando, motivando, sensibilizando, tirando das fraquezas forças e fazendo a coisa acontecer, mesmo errando muitas vezes, fraquejando por outros lados, cansando, exaurindo-se, todavia, lutando incansavelmente para que possamos atingir o MELHOR. O Exercício de 2014, foi marcado por um volume enorme de atividades até porque foi início de uma nova gestão municipal e enquanto equipe, assumimos a gestão da admissão dos nossos servidores concursados da Prefeitura, sendo esta responsabilidade um dos motivos da demanda de trabalho no IPSEMC. Não foi fácil atravessar estes momentos, entretanto, além de sonhar e agir acreditamos que fizemos a coisa certa com a consciência tranquila do dever cumprido, embora tenha sido exaustivo, pois isso gerou um volume processual de mais de dois mil processos, além de outras demandas judiciais vinculadas. Quanto ao “Calcanhar de Aquiles” do IPSEMC, que é a questão dos investimentos, 2014 foi um ano difícil com eventos que influenciaram muito o mercado financeiro de modo negativo e isso impossibilitou atingirmos a meta atuarial que chegou aos oitenta e quatro por cento, na verdade, relativamente alta, ou seja, IPCA mais 6%. Acredita-se que nenhum RPPS no país conseguiu atingir essa meta. O IPSEMC reservou-se ao direito e ao cuidado de proteger sua reserva previdenciária tendo em vista a enorme responsabilidade com o pagamento dos benefícios concedidos e a conceder. Daí, comportar-se moderadamente, conservadoramente em um ambiente financeiro devastado pela oscilação, volatilidade e insegurança e isso foi a medida adotada com base nas informações recebidas da Assessoria em Investimentos. Como sempre acontece, foi formalizada e divulgada nossa política de investimentos dentro do que preceitua as normas pertinentes, bem como a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN, reafirmando nossa responsabilidade quanto à adoção de práticas legais sustentáveis, éticas e dignas na condução dos investimentos, uma vez que os mesmos são a garantia dos pagamentos dos benefícios presente e futuros de todos os segurados do IPSEMC, devidamente partilha com os Conselhos como Vossas Senhorias tem conhecimento. O período foi sinalizado por outras realizações de grande relevância para a gestão, além das ocorrências com os investimentos. Recebemos novamente em 2014 o Prêmio Boas Práticas de Gestão

(ressaltando que o Ipsemc vem sendo premiado desde 2010), sendo classificado desta vez com a maior pontuação no ranking – Primeiro Lugar na categoria de médio porte, após importante avaliação promovida pela ANEPREM – Associação Nacional de Previdência Estadual e Municipal, a qual envolve o preenchimento de muitos critérios. Esta avaliação externa promove um incentivo enorme à equipe previdenciária ofertando-lhe oxigênio para continuar na batalha que é árdua, complexa, laboriosa mesmo porque a iniciativa reafirma a intenção do IPSEMC em continuar perseguindo um padrão de desenvolvimento inovador que permita a consolidação de uma gestão excelente. Destacamos a atuação dos Comitês de Investimentos – COI, do Controle Interno, dos Conselhos as quais tem sido de caráter vital e sustentável para a gestão previdenciária; a execução do Programa “Vida Saudável” – Sistema de Preparação dos Servidores para Aposentadoria – PPA, contendo a Cartilha dos Direitos Previdenciários dos Servidores Municipais, o FOLDER orientativo como mais um Programa de Educação Previdenciária servido para desenvolver uma cultura previdenciária entre os servidores municipais; a avaliação dos resultados da Pesquisa de Satisfação que baliza as nossas ações; o andamento da organização do arquivo dentro do GED – Programa de Gerenciamento de Eletrônico de Documentos; pagamentos dos benefícios atualizados; parque tecnológico com atuação interligada de todos os setores do IPSEMC gerando harmonia, sinergia e o trabalho fluído; continuidade do programa de profissionalização da gestão, ou seja, toda a equipe e conselheiros participando de congressos, seminários, encontros, cursos, palestras, simpósios, fóruns, ou seja, aproveitando as oportunidades que tem surgido para uma melhor capacitação no âmbito previdenciário. Quanto ao SIPREV o IPSEMC junto com outros municípios paraibanos e um norriograndense recebeu treinamento ofertado pelo MPS no mês de agosto/2011 e, desde o Exercício de 2013 houve a importação de dados da Secretaria de Administração para o IPSEMC, cuja migração ocorreu sem gargalos, sendo que neste momento o IPSEMC está a espera do Ministério da Previdência Social – MPS, tendo em vista que se inscreveu no PROPREV e foi aprovado para o Censo Cadastral dos servidores ativos e inativos do município, que será realizado no período de maio para junho deste exercício conforme agendamento do MPS. A Avaliação Atuarial que é uma ferramenta indispensável à sobrevivência dos regimes próprios, ocorreu normalmente, e, conforme legislação pertinente, uma vez ao ano realiza-se esse estudo técnico através no qual o atuário mensura os recursos (patrimônio) necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos (compromissos) pelo Plano de Benefícios. A Avaliação Atuarial é elaborada a partir de dados estatísticos da população coberta pelo Plano, como a taxa de mortalidade, taxa de sobrevivência após a aposentadoria, taxa de invalidez por doenças e por acidentes, taxa de retorno esperado para os investimentos, entre outras. O IPSEMC, no momento, se encontra em situação regular e completamente atualizado mesmo porque o Município está cumprindo rigorosamente com o Plano de Amortização do Déficit Atuarial em conformidade com a lei 1.534/2011, bem como sendo avaliado a cada novo exercício sob o controle de um estudo dirigido e acompanhado até que haja, em futuro próximo, o desaparecimento desse evento e se possa proclamar em alto e bom som o equilíbrio financeiro e atuarial. Informa-se também que quanto ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) que é um documento que atesta a regularidade do regime de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos de um Estado ou Município. Para obtê-lo é preciso preencher os critérios exigidos pelo Ministério da Previdência Social (MPS), como: Demonstrativo das Receitas e Despesas; Avaliação Atuarial; Demonstrativo Financeiro relativo às aplicações dos recursos; Comprovações de Repasses dos valores das contribuições sociais (servidor e patronal), entre outros. Assim, o não cumprimento desses critérios, além de suspender o CRP, penaliza o município com as seguintes sanções: suspensão das transferências voluntárias; suspensão de empréstimos e financiamento; suspensão de compensação previdenciária, etc. Porém, graças, primeiramente a Deus e depois ao esforço conjunto do IPSEMC e da Prefeitura, nosso CRP está atualizado. Foi renovado automaticamente em 11/11/2014 com validade até 10 de maio de 2015, pelo que se espera a renovação automática visto que o Município está regularmente em dia com todos os repasses institucionais de sua responsabilidade. Essa situação atual do Ente (Prefeitura) é por demais positiva, pois, quanto aos benefícios a conceder, a tendência e só crescimento e isso se verifica a cada ano com os gráficos que mostramos aos senhores Conselheiros. Só agora no Exercício de 2014 foram concedidos trinta e sete benefícios, sendo vinte e cinco aposentadorias e doze pensões. A despesa com a folha bruta inerente aos inativos, pensionista e servidores do IPSEMC atingiu o patamar de seis milhões, novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e dois reais e setenta e quatro centavos, um montante realmente considerável, o que, por si só, justifica nossa preocupação contínua com a Carteira de Investimentos do IPSEMC. Continuamente o Ipsemc, através de seu portal www.ipsemc.pb.gov.br é submetido à avaliação do público externo composto de seus beneficiários (funcionários efetivos ativos, aposentados, pensionistas e sociedade em geral), pois a opinião de cada um tem contribuído para melhorar a prestação de serviços da autarquia. Essa ferramenta é um poderoso instrumento de mensuração e visa construir e manter um relacionamento de excelência com os usuários com o fito de tratá-los cada vez melhor. A metodologia é simples e a participação dos clientes-usuários tem sido de fundamental importância para que se possa aperfeiçoar os procedimentos, pois é com todo afincado que a equipe previdenciária se dedica para que o Ipsemc alcance a excelência em toda a sua plenitude na gestão da previdência do município. Como todos já tem conhecimento, a Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999 dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria. O Decreto nº 3.112 de 06 de julho de 1999 dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que versa sobre compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria. A Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de





POI - Periódico Oficial do IPSEMC

Criado pela Lei nº 840 de 30/04/1996

Prefeitura Municipal de Cabedelo
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo

Ano XX – Nº 03 - Cabedelo, 31 de março de 2015

dezembro de 1999 estabelece procedimentos operacionais para a realização da compensação previdenciária de que dispõe a Lei nº 9.796/99 e o Decreto nº 3.112/99. E, a Portaria MF/MPS nº 410, de 29 de julho de 2009 disciplina o art. 14-A do Decreto nº 3.112, de 06/07/2009, que dispõe sobre Compensação Previdenciária. O Ipsemc está atualizado em relação aos processos já homologados pelo TCE/PB e conta com o montante recebido até até dezembro de dois mil e quatorze de três milhões, setecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos. Quanto ao Patrimônio Líquido do Instituto teve nestes últimos anos, uma evolução linear. Findo o exercício financeiro de 2014, as reservas aplicadas mais os saldos conciliados das contas correntes são de R\$ 77.548.201,40 (setenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, duzentos e um reais e quarenta centavos). Com relação à taxa de administração conseguiu-se atuar dentro do patamar legalmente estabelecido, ou seja, atingiu-se o percentual de um, vírgula sessenta, abaixo dos dois por cento previsto em lei, como se mostra agora para os senhores Conselheiros através do relatório de gestão. Desde que foi implantado o sistema de protocolo on-line, os servidores passaram a acompanhar o andamento de solicitações e processos pela internet, proporcionando mais transparência, agilidade e eficiência, quanto a atuação da Junta Médica no Ipsemc a qual avalia todos os processos de licença para tratamento de saúde, aposentadoria por invalidez, etc. no âmbito do Município. Foram muitos os desafios vencidos entre os quais se destaca: Continuação do GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos em andamento; Continuidade do Programa de Profissionalização – toda a equipe do IPSEMC participando de treinamentos diversos; Participação do IPSEMC no 48º Congresso Nacional de Previdência realizado pela ABIPEM; Participação do IPSEMC no 9º Fórum Perspectivas de Investimentos 2014 sob o tema “Os Desafios de Compatibilizar Risco e Retorno”, do qual o IPSEMC participou, levando seu Comitê de Investimentos e o Conselho Previdenciário. O evento foi aberto pelo Dr. Leonel e em seguida foram explicados os seguintes temas: “Cenários e Desafios 2014”, por François Racicot – Diretor da área de Investimentos da Mercer no Brasil; “Investimentos no Exterior” por Vinicius Lima – Responsável pela área de clientes institucionais da BlackRock no Brasil; “FIPs – Oportunidades em infraestrutura”, por Sérgio Bini – Superintendente de Produtos para Ativos de Terceiros da Caixa Econômica Federal; “Alocação de risco e separação de alfa/beta no novo ciclo econômico” por Thiago Palaia – Head de multi-asset portfolio solutions na Itaú Asset Management; “Perspectivas macro econômicas para 2014 e impactos nos investimentos de RPPS”, por André Perfeito – Economista-Chefe da Gradual Investimentos; “Oportunidades de Renda Variável”, por Fábio Spinola – Sócio-Diretor da Apex Investimentos. “Perspectivas 2015 – Diversificação de Ativos e Metas Atuarial” promovido pela Empresa Sirius Comunicação e Revista Investidor Institucional/SP na cidade do Recife-Pe; Participação do IPSEMC no 2º Congresso Brasileiro de RPPS promovido pela ABIPEM em Brasília-DF; Participação do IPSEMC em seminário sobre investimento sob o tema: “Novas Alternativas de Investimentos para RPPS” realizado pelo Banco do Nordeste Brasileiro –BNB em João Pessoa-PB; Realização de atividades integrativas entre ativos e inativos do município com a parceria da Prefeitura e outras organizações; IPSEMC aprovado no PROPREV promovido pelo Ministério da Previdência Social – MPS para realização do Censo Cadastral dos servidores ativos e inativos do Município; Participação do IPSEMC no 14º Congresso Nacional de Previdência da ANEPREM, na cidade de Campinas-SP, onde o IPSEMC recebeu o honroso prêmio de “Boas Práticas de Gestão de RPPS – 2014” pelo quinto ano consecutivo, ficando em 1º Lugar na categoria de médio porte. A avaliação já vinha acontecendo em meses anteriores e envolveu vários critérios, tais quais: Transparência, ética, responsabilidade corporativa e social, prestação de contas, entre outros. Dentro do aspecto da responsabilidade social, podemos evidenciar o trabalho que é feito em parceria com a Prefeitura e outras Empresas que nos ajudam a desenvolver atividades sociais sem a utilização de verba previdenciária. Foram várias as metas atingidas: Realização do censo funcional previdenciário presencial, o que além de promover o nosso portal, facilitou a sua realização – 100% alcançada; Realização de Eventos diversos com aposentados, pensionistas e pessoal da terceira idade em consonância com as parcerias que se obteve da Prefeitura e de outras organizações – 100% alcançada; Realização de estudo atuarial visando a devida verificação de viabilidade do equilíbrio financeiro e atuarial da autarquia, 100% alcançada; Atendimento das notificações do Tribunal de Contas do Estado – TCE do Ministério da Previdência Social – MPS – 100% alcançada; Obtenção do CRP, através do preenchimento de trinta e cinco critérios estabelecidos por lei federal – 100% alcançada; Continuação da incorporação de conteúdo e serviços ao portal IPSEMC – 75% alcançada em relação a 2013; Registro e tombamento dos bens patrimoniais e materiais do Ipsemc – com etiquetas contendo código de barras, visando um melhor acompanhamento, organização e controle desses bens – 100% alcançada; Contabilização das provisões matemáticas – 100% alcançada; Equilíbrio Financeiro e Atuarial – 100% alcançada – atendimento da Lei que criou o sistema de amortização do déficit atuarial – Planejamento Estratégico – Estratégia 1 – O.E.4 – Meta 1 – Implementar Ações Sustentáveis para Reduzir o Déficit Atuarial – Ação Contínua; Criação do Manual de Política de Segurança da Informação do IPSEMC a fim de adequá-lo às estruturas globais – Estratégia 4 – O.E.1 – Meta 1 do PE. Primeiro Lugar no Prêmio Nacional “Boas Práticas de Gestão de RPPS 2014”; Dentro da Estratégia 4 – Programação da Tecnologia da Informação – O.E.3 – Meta 1 – a divulgação da imagem institucional – ação contínua – sendo efetivada com sucesso, pois o IPSEMC está no Portal, Facebook, Youtube, Twitter, etc. Tem-se ainda como metas para o exercício de 2015: Manter o CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária – Estratégia 1- O.E.6 – Meta 1; Contabilizar as provisões matemáticas em cumprimento ao que a legislação pertinente; Lançamento do Manual de Controle de bens Patrimoniais para um melhor acompanhamento, organização e controle dos bens patrimoniais – Estratégia 1 – O.E.9 – Meta 1 do PE; Lançamento do Manual de Redação Oficial do IPSEMC – Estratégia 1 – O.E.9 – Meta 1 do PE; Em fase de elaboração, estima-se o lançamento do Manual de Benefícios para um melhor acompanhamento, organização e controle na Concessão dos Benefícios Previdenciários do

IPSEMC – Estratégia 1 – O.E.9 – Meta 1 do PE; Realizar o Censo Cadastral conforme procedimentos em andamento junto ao Ministério da Previdência Social – MPS por meio do PROPREV; Incorporar ao sistema de acompanhamento de processos a opção de inclusão de endereço de e-mail, assim a cada movimentação do processo a parte interessada seria notificada por e-mail automaticamente; Realização de Eventos diversos com aposentados, pensionistas e pessoal da terceira idade em consonância com as possíveis parcerias que se obtiver junto a Prefeitura e outras organizações; Realizar estudo atuarial 2014/2015 visando a devida verificação de viabilidade do equilíbrio financeiro e atuarial da autarquia; Atender as auditorias e notificações do Tribunal de Contas do Estado – TCE, do Ministério da Previdência Social; Acompanhar com um melhor controle a Compensação Previdenciária; Utilizar plenamente o SIPREV; Conduzir o Portal do IPSEMC atualizado e transparente; Realizar II ENCONTRO PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS; Alimentar regularmente o sistema próprio de registro individualizado de servidores ativos da PMC, com base nos arquivos de folha de pagamento utilizados para implantar os contracheques on-line, conforme prever o Manual de Segurança da Informação – MPSI, em consonância com o SIPREV, se for o caso; Manter o Programa de Capacitação dos Servidores – dentro das possibilidades existentes. Manter a prática de ações sustentáveis no que diz respeito a: (1) utilização de papel reciclado para consumo na instituição, uma vez que além de ser ecologicamente correto eles já são facilmente encontrados à venda nos grandes magazines, e diversas empresas já adoram esta medida; (2) coleta seletiva do lixo em geral produzido na instituição; (3) economia de energia, água, etc. (4) atualizar e otimizar todos os processos de trabalhos do IPSEMC; Em andamento, estudo, discussão para atingir a Meta Atuarial definida pelo IPSEMC; desenvolver o Projeto Sócio Ambiental do IPSEMC; Lançar, pois está em andamento estudo e discussão o Manual de Formulários e Padronização dos Documentos Institucionais do Ipsemc – – Estratégia 1 – O.E.6 – Meta 1 do PE; (9) lutar pela extinção do Déficit Atuarial Municipal. No âmbito da responsabilidade social podemos evidenciar o trabalho que é feito em parceria com a Prefeitura e outras Empresas que nos ajudam a desenvolver atividades sociais integrativas sem a utilização de verba previdenciária. É muito gratificante ver uma melhora na qualidade de vida dos aposentados e outros idosos da comunidade em função de um trabalho que é efetivado com sacrifício, dificuldade tendo em vista a falta de recursos específicos, entretanto, com o esforço da equipe consegue-se realizar o que vem sendo exposto em nossos informativos. Enfim, a gratidão acima de tudo, a DEUS, que não nos perde de vista e nos acomoda em Seus braços eternos dando-nos forças para superar os muitos gargalos. A todos os profissionais colaboradores e participantes do IPSEMC que formam uma equipe perseverante, cuja contribuição tem sido fundamental para o alcance dos objetivos. Em especial ao Exmo. Senhor Prefeito Wellington Viana França, pela força e pela conexão estabelecida, e principalmente pelo cumprimento de suas obrigações legais previdenciárias o que tem propiciado a superação dos obstáculos administrativos e o alcance das metas planejadas, como por exemplo, a questão do CRP, certificado que comprova a regularidade da gestão e, de qualquer forma, o preenchimento de todos os critérios para obtenção deste certificado, permitindo estabelecer um elo entre o Município e o Ministério o que gera uma melhoria contínua. Portanto, apesar do incerto, do inseguro em relação ao que poderá acontecer, resta-nos alimentar a fé e a esperança para prosseguir como ficou evidenciado no início com as palavras do saudoso Carlos Drummond de Andrade: “Mas se desejarmos fortemente o melhor e, principalmente lutarmos pelo melhor, o melhor vai se instalar em nossa vida.” Resta-nos ser perseverantes! A todos que colaboraram direta ou indiretamente para a concretização de mais um ano de lutas e vitórias e conquistas. Para todos vocês, bem como para todos que para aqui virão oferecemos este Relatório... Um ano de 2015 perseverante para que possamos chegar do BOM ao MELHOR!

Deliberação:

O Conselho Fiscal Municipal Previdenciário apreciou toda a explanação, aprovando-a por unanimidade de votos, já que todo o processo da gestão dos investimentos foi exposto com clareza e transparência, emitindo o seguinte parecer: O Conselho Fiscal Previdenciário – CONFIPREV e o Conselho Administrativo Previdenciário – CAMPREV do IPSEMC – Instituto dos Servidores Públicos Municipais de Cabedelo, reunido extraordinariamente em 26 de março de 2015, no uso de suas atribuições estatutárias, declaram que, após apreciar e examinar o Relatório de Gestão inerente ao Exercício de 2014, uma vez que foi apresentado aos Conselheiros na sua totalidade, o aprovam por unanimidade por refletir adequadamente a posição patrimonial da Entidade na presente data, recomendando o encaminhamento do Relatório de Gestão ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e sua conseqüente divulgação.

O Presidente deixou a palavra em aberto.

Em seguida, não havendo mais nenhuma manifestação, e, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 13:00 (treze) horas, da qual eu, Wilma Alves de Lima, secretariando o Conselho, lavrei a presente ata, que será assinada pelos Conselheiros. Cabedelo-Pb, 26 de março de 2015.

Auzélia Marinho de Farias
Conselheira/Secretária

Euzo da Cunha Chaves
Presidente

Maria das Graças Carlos Resende
Conselheira



Prefeitura Municipal de Cabedelo
Prefeito: Wellington Viana França

2015

Conselho Previdenciário do IPSEMC
Presidente: Léa Santana Praxedes
Membros: Ângela Maria Moreira Neves, Euzo da Cunha Chaves, Wilma Alves de Lima, Auzélia Marinho de Farias e Maria das Graças Carlos Resende